



# PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAEL)

**SETEMBRO/2012**

ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA

PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	4
I. ENQUADRAMENTO .....	7
II. CARACTERIZAÇÃO DA AUTARQUIA .....	9
1. IDENTIFICAÇÃO.....	9
2. REGIME FINANCEIRO .....	9
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA.....	11
4. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	13
III. SITUAÇÃO ORÇAMENTAL, ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	14
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	14
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	32
IV. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO .....	52
1. DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESIQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL .....	54
2. EVOLUÇÃO DA DIVIDA MUNICIPAL REGISTADA NO SIAL A 31 DE MARÇO 2012 COMO PAGAMENTOS EM ATRASO .....	56
3. SIMULAÇÃO DOS ENCARGOS COM O EMPRÉSTIMO FINANCEIRO .....	57
QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO .....	59
QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO .....	60
QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA .....	61
QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP .....	62
(DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO) .....	62

QUADRO V: CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DA LFL..... 63

QUADRO VI: LISTA DE PAGAMENTOS EM ATRASO A FINANCIAR COM O EMPRÉSTIMO A CONTRATAR ..... 64

## NOTA PRÉVIA

O atual executivo do Município de Mangualde tomou posse no dia 30 de Outubro de 2009, no culminar de um processo em que se propôs à sociedade um novo paradigma de gestão e de futuro.

Era evidente nessa altura a debilidade em que se encontrava a realidade Municipal, debilidade essa suportada em opções de desenvolvimento pouco estudadas e em despesa com carácter eminentemente corrente, sem significativos contributos para o incremento patrimonial do município. Estas opções foram pautadas, em todos os momentos dos anos que antecederam a tomada de posse, onerando as responsabilidades financeiras futuras do Município, numa escalada que colocou a dívida global acima dos 17.000.000,00 Euros.

A preocupação primeira passou pela inevitável reorganização de processos e de procedimentos, conferindo ao controle de gestão um peso que nunca havia tido e permitindo um movimento de resposta constante a flutuações de receitas ou a necessidade de constituição de despesa.

Só deste modo foi possível trilhar um movimento continuado de redução de despesas correntes; redução de 300.000,00 Euros em 2010 e nova redução de 1.100.000,00 Euros em 2011. Somente em dois anos a máquina autárquica passou a funcionar com menos 1.400.000,00 Euros.

Também ao nível da dívida global o movimento foi no mesmo sentido. No ano de 2011 o saldo positivo desta gestão foi de cerca de 45.000,00 Euros. É este o valor que, representando poupança, permitiu abater saldos em dívida, reduzindo em igual montante a dívida global do Município de Mangualde. O ano de 2010 já tinha sido trilhado com este objetivo não tendo o saldo global diminuído somente por força de um financiamento excecional aprovado por unanimidade pela Camara Municipal para fazer face à parte de capitais próprios de obras financiadas pelo QREN. Os 230.000,00 Eur de aumento representariam, comparando realidades idênticas, uma redução global de dívida de cerca de 500.000,00 Eur.

Foi também possível cumprir com os limites de endividamento líquido impostos, desde o primeiro ano de gestão completa do atual executivo, tendo daqui resultado o fim das penalizações impostas sob a forma de cativação de transferências da Administração Central.

Foi ponto de honra desde o início desta gestão não trilhar o caminho mais fácil que seria o de sobrecarregar os munícipes com mais taxas e impostos fazendo recair sobre eles a responsabilidade de resolver um problema criado pelos anteriores executivo.

Registe-se que estas conquistas foram conseguidas sem qualquer agravamento de taxas de consumo de água ou de recolha e tratamento de lixos nem de impostos municipais. A este nível a preocupação passou por exercer uma atitude de aperfeiçoamento de processos e mesmo de renegociação de custos, nomeadamente junto do Planalto Beirão reformulando as rotas e minimizando os custos dos circuitos de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e junto da EDP adaptando as horas de ligação de iluminação pública à realidade atual. Pondo em prática um plano exigente de contenção de custos, o atual executivo assumiu que o único caminho estruturalmente responsável passava por criar condições para um nível de prestação de serviços com maior qualidade mas com custos operacionais mais reduzidos.

Perante o cenário traçado e nunca esquecendo o ponto de partida, a atual proposta de execução deste Plano de saneamento Financeiro, poderia, embora com uma dimensão acrescida face ao presente, ter sido lançada no início deste processo.

Acontece que, como é do conhecimento geral, o sector financeiro deixou de apresentar liquidez para disponibilizar à economia, apostando mesmo em reduzir a sua exposição a entidades públicas à medida que se agravava a crise das dívidas soberana na Europa. Esta realidade crescentemente agravada teve como consequência a recusa pronta da banca nacional em apoiar planos de Saneamento Financeiro, existindo inclusive Propostas aprovadas sem execução devido a esta fundamental limitação.

O objetivo de assumir volumes de dívida de longo prazo em detrimento da dívida de curto prazo em iguais montantes não passava assim de uma ideia com base teórica de sustentação mas sem qualquer exequibilidade efetiva.

Por outro lado há que não ignorar que no momento da tomada de posse o Município de Mangualde apresentava uma incapacidade efetiva de acesso ao mercado de crédito por si só.

Em desequilíbrio financeiro e alvo de cativações por excesso de endividamento liquido, também neste aspeto a herança encontrada foi determinante para que só após a situação controlada fosse possível traçar um plano de saneamento plausível.

O que aqui é proposto corresponde basicamente ao compromisso de manter a postura de rigor e de controlo efetivo da gestão Municipal. Consideramos ser o caminho onde com maior eficácia conseguiremos dominar a rota traçada.

Enfatizamos este aspeto por não ser possível, gerir contando com variáveis que não se controlam.

Com reduções de receita de cerca de 4.408.000,00 Euros em dois anos (3.175.000,00 em 2010 e 1.233.000,00 Euros em 2011), só com um cuidado diário sobre a evolução da realidade financeira do Município e dos demais agentes económicos se evitam resultados negativos em cada exercício.

Assim, conjugando a candidatura ao PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, com a necessidade de cumprimento da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, este Plano de Saneamento Financeiro é a única resposta ao ambiente de completa paralisação a que esta Lei remeterá o Poder Local.

Esta fonte de financiamento alternativa é colocada sobre a mesa por tudo o atrás referido mas também por dois aspetos que importa realçar. Por um lado a imposição de redução de dívida de curto prazo emanada do Orçamento de Estado, à razão de 10% para o corrente ano, cujo cumprimento coloca os Municípios em rota de colisão com o montante disponibilizado pelo próprio PAEL. Ao abaterem os montantes a que estão obrigados estão ao mesmo tempo a reduzir o montante elegível ao brigo deste Plano, não lhes sendo possível efetuarem as suas candidaturas pelo montante máximo elegível. Por outro lado foi necessário proceder ao registo de compromissos que constituem o orçamento e o plano que gerarão responsabilidades futuras a serem satisfeitas.

## I. ENQUADRAMENTO

O Município de Mangualde encontra-se num processo de ajustamento, o qual visa a sua sustentabilidade económica e financeira. Os recentes diplomas legais publicados, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a racionalização das despesas públicas e a consciência colocada na qualidade dos serviços e satisfação dos clientes, contribuintes e utentes, impele a uma reorganização e aposta na inovação suportada por novos paradigmas de gestão.

Assim, a Lei do Orçamento do Estado de 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro), veio estabelecer um conjunto de regras a observar pela administração local no que concerne à cabimentação e assunção de compromissos.

Neste sentido, a LCPA aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Sem prejuízo do princípio da independência orçamental, estabelecido no n.º 2 do artigo 5.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, os princípios contidos na Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro são aplicáveis aos subsetores regional e local, incluindo as entidades públicas reclassificadas nestes subsetores.

Neste contexto, foi publicado a 21 de junho o Decreto-Lei n.º 127/2012 cujo visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, esclarecendo alguns dos conceitos previstos na LCPA.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, cuja tem por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de Março de 2012.

Na sequência do Memorando celebrado foi publicada a 28 de agosto a Lei n.º 43/2012 a qual cria o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias registadas na Direção -Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012. O referido programa poderá ser de adesão facultativa pelos Municípios, cujos são enquadráveis

em dois grupos, sendo o primeiro designado Programa I e constituído pelos Municípios que se apresentem numa situação de desequilíbrio estrutural, à data de 31 de dezembro de 2011 e o Programa II, constituído pelos restantes Municípios com pagamentos em atraso em 31 de março de 2012.

Por fim, a 14 de setembro foi publicada a Portaria n.º 281-A/2012, a qual procede à regulamentação do PAEL.

No âmbito deste programa o **Município de Mangualde** foi enquadrado no **Programa II**, de acordo com a comunicação enviada pela DGAL, e foi igualmente identificada uma situação de desequilíbrio conjuntural, o qual nos termos do preceituado o n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais - LFL), assim como o n.º 1 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, que “os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural devem contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, desde que o resultado da operação não aumente o endividamento líquido. Mais alude o n.º 2 da LFL e o n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março que “os pedidos de empréstimos para saneamento financeiro dos municípios são instruídos com um estudo fundamentado sobre a situação financeira da autarquia e um plano de saneamento financeiro para o período a que respeita o empréstimo.

Face à débil conjuntura financeira, designadamente no que à reduzida liquidez concerne, demonstrada na análise sistematizada no presente relatório, impelida, em grande parte, pela alteração do regime de financiamento próprio das autarquias locais, impõe-se a contração de um empréstimo de saneamento financeiro e a adesão ao PAEL como partes da adoção de uma solução eficaz, sustentável e, consequentemente, duradoura conducente à estabilidade financeira do Município.

No presente relatório apresentamos primeiro a caracterização do Município de Mangualde. De seguida, uma análise da situação orçamental, financeira e económica atual e, por último, um plano de ajustamento financeiro para o período a que respeita o empréstimo (14 anos), nos termos previstos artigo 7.º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro. O plano de ajustamento financeiro agora proposto pressupõe a aceitação da proposta de plano de saneamento financeiro proposta em simultâneo com a adesão ao PAEL.



## II. CARACTERIZAÇÃO DA AUTARQUIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**Endereço:**

Município de Mangualde

Câmara Municipal

3534-004 Mangualde

N.º de Identificação Fiscal – 501 262 997

### 2. REGIME FINANCEIRO

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais - LFL), estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias, introduzindo profundas alterações no domínio do financiamento autárquico e consubstancia o novo sistema de financiamento.

A LFL consubstancia a reforma do sistema de financiamento autárquico, que incide especialmente sobre o modelo de repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, sobre os critérios de repartição da transferência anual do Orçamento do Estado, sobre o quadro de receitas próprias e sobre o regime de recurso ao crédito por parte das autarquias.

Em matéria de recurso ao crédito é consagrado o conceito de endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Nacionais de 1995 (SEC 95), considerando-se, doravante, o endividamento municipal enquanto stock para o qual são estabelecidos limites.

Desta forma, estabelecem-se dois limites ao endividamento municipal:

Limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos recursos próprios mais relevantes (transferências do Orçamento do Estado do Fundo de Equilíbrio Financeiro, participação fixa no IRS e receitas de impostos municipais);

Limite à contração de empréstimos de médio e longo prazos, correspondente a 100% daqueles recursos.

De acordo com o princípio da promoção da sustentabilidade local, os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana são excecionados do limite ao endividamento através de empréstimos.

Podem também excecionar-se desse limite os empréstimos e as amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75 % do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças, devendo ser tido em consideração o nível existente de endividamento global das autarquias locais.

São igualmente excecionados do limite do endividamento os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública.

Os municípios podem contrair empréstimos de longo prazo nos seguintes casos:

- Para aplicação em investimentos (por um prazo correspondente à sua vida útil), desde que não sejam excedidos os limites de endividamento;
- Para proceder ao saneamento financeiro (por um prazo máximo de 12 anos), reprogramando a dívida ou consolidando passivos financeiros, em caso de se encontrarem numa situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, e desde que não se aumente o endividamento líquido;
- Para reequilíbrio financeiro (por um prazo máximo de 20 anos), em caso de se encontrarem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou rutura financeira.

O Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março veio densificar as regras referentes aos regimes jurídicos do saneamento financeiro municipal e do reequilíbrio financeiro municipal, previstos nos artigos 40.º e 41.º da LFL.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA**

O regulamento de organização dos serviços da Câmara Municipal de Mangualde foi elaborado tendo por base o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

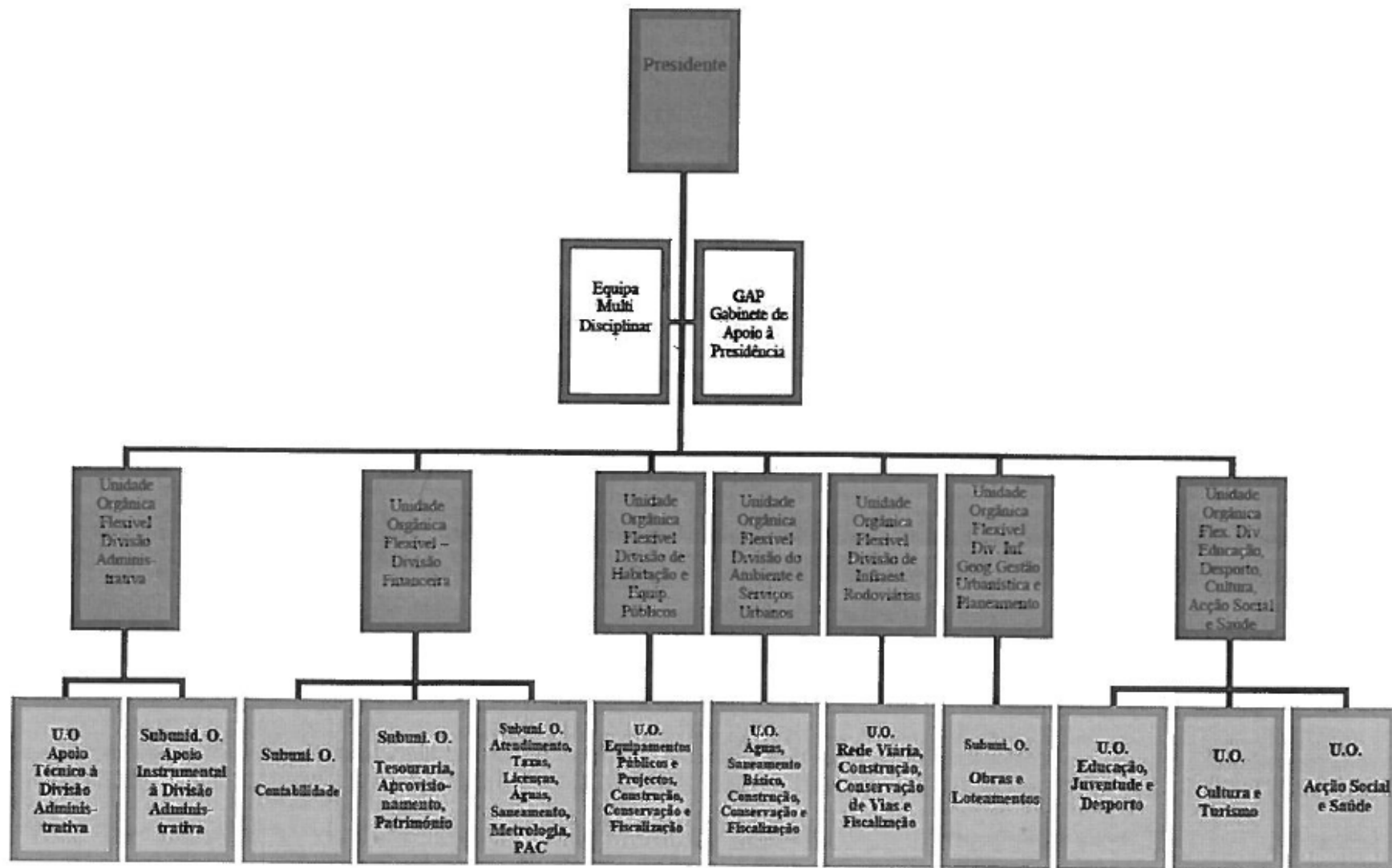
De acordo com o referido diploma, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

A organização interna dos serviços municipais de Mangualde obedece, de acordo com o previsto nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, ao seguinte modelo estrutural hierarquizado:

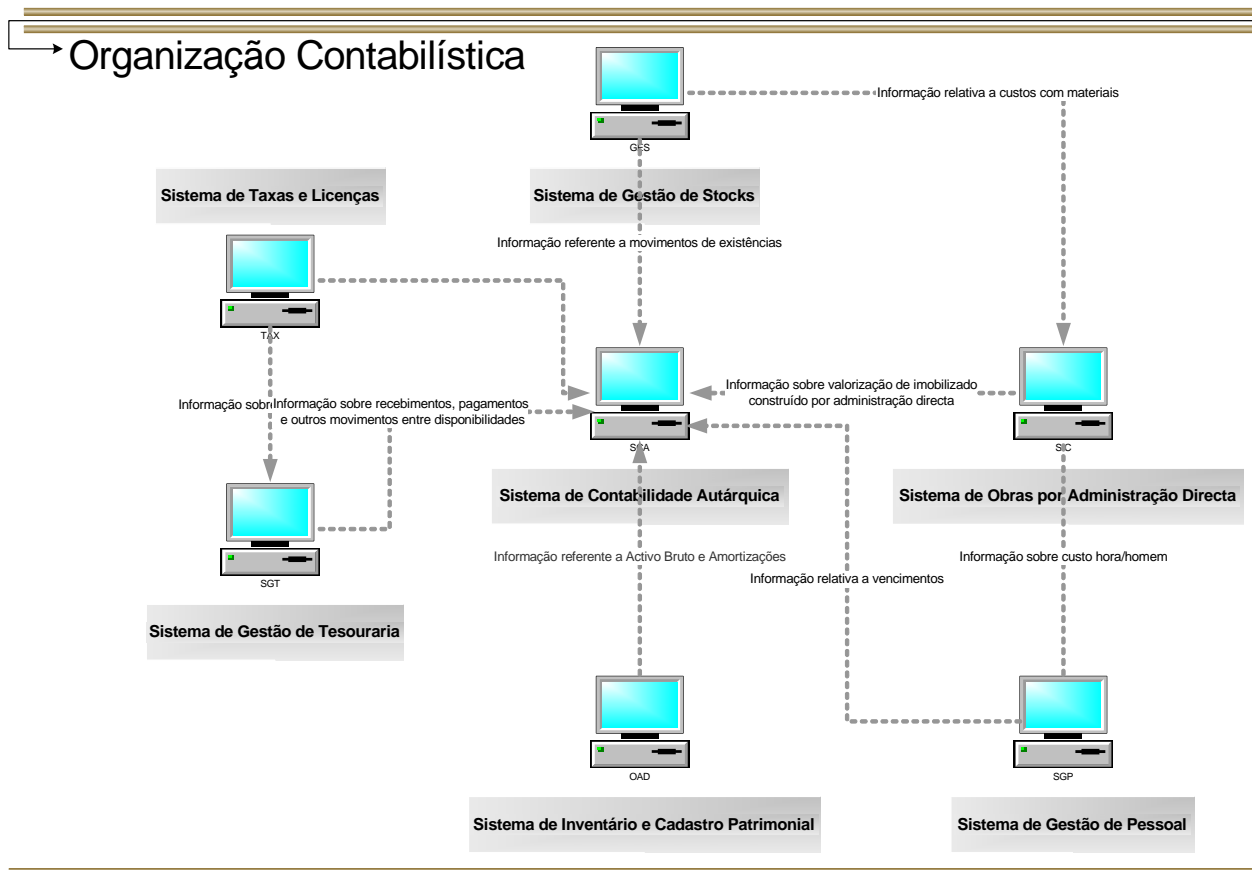
1. Unidades Flexíveis, sob a forma de divisões municipais ou unidades;
2. Subunidades Orgânicas.
3. Equipas multidisciplinares

Assim, apresentamos de seguida a atual estrutura orgânica do Município de Mangualde.

**ORGANOGRAMA:**



#### 4. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA



A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente rotinas de análise e controlo. A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.

O sistema informático utilizado pelo Município de Mangualde, integra diversas aplicações que produzem informação financeira, sendo esta compilada na aplicação de suporte ao sistema contabilístico (Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), da Associação Informática de Região Centro).

O serviço de contabilidade encontra-se, de um modo geral, centralizado na Secção de Contabilidade. Os serviços emissores de receita são os definidos pelo Órgão Executivo.

### III. SITUAÇÃO ORÇAMENTAL, ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

De seguida é apresentada uma análise sucinta do comportamento das variáveis que condicionam a execução orçamental do exercício de 2011. Esta é feita numa perspetiva comparativa com o ano anterior, ou seja, o ano 2010.

#### A. RECEITA

##### 1. ANÁLISE GLOBAL

A receita total orçada de 2011 ascendeu à quantia de **38.737.312,00 €**, dos quais **13.254.084,00 €** se referem a receitas de natureza corrente e **25.343.082,00 €** a receitas de capital. Constatase, pois, que a sua cobrança registou um desempenho moderado:

- A arrecadação de **Receitas Correntes** foi de **11.142.934,99 €**, o que corresponde a uma taxa de execução de **84,07%** face à previsão orçamental.
- A arrecadação de **Receitas de Capital** registou uma arrecadação de **5.476.612,27 €**, facto que representa uma taxa de execução de **21,61%**.

*Tabela 1 – Síntese da Execução Orçamental das Receitas.*

RECEITA	ORÇADA	COBRADA	SALDO	% EXE.
Corrente	13.254.084,00 €	11.142.934,99 €	-2.111.149,01 €	84,07%
Capital	25.343.082,00 €	5.476.612,27 €	-19.866.469,73 €	21,61%
Outras Receitas	140.146,00 €	141.319,37 €	1.173,37 €	100,84%
<b>TOTAL</b>	<b>38.737.312,00 €</b>	<b>16.760.866,63 €</b>	<b>-21.977.618,74 €</b>	<b>43,27%</b>

## 2. ANÁLISE DETALHADA

Considerando as tradicionais variáveis associadas à cobrança das receitas, constata-se que no decurso do ano de 2011 foram arrecadadas receitas no valor de **16.760.866,63 €**, correspondentes a **43,27%** dos recursos orçamentados.

### 2.1. RECEITAS CORRENTES

Tal como se referiu anteriormente, o valor das **receitas correntes** em 2011 foi de **11.142.934,99 €**, o que representa **84,07%** da receita total; para este valor contribuíram, maioritariamente, as rubricas de impostos indiretos, bem como rendimentos de propriedade e transferências correntes.

#### *Quadro I – Resumo das Receitas Correntes*

	RECEITAS CORRENTES	ORÇADAS	REALIZADAS	%
1	IMPOSTOS DIRETOS	2.424.301,00 €	1.953.588,74 €	80,58
2	IMPOSTOS INDIRETOS	92.254,00 €	94.554,28 €	102,49
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.429.326,00 €	745.688,02 €	52,17
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	567.830,00 €	562.254,04 €	99,02
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.839.450,00 €	5.498.960,96 €	94,17
7	VENDA BENS PRESTA. SERVI. CORRENTES	2.661.341,00 €	2.262.546,98 €	85,02
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.582,00 €	25.341,97 €	10,58
	<b>TOTAL</b>	<b>13.254.084,00 €</b>	<b>11.142.934,99 €</b>	<b>84,07</b>

*Quadro II – Resumo das Transferências Correntes*

ENTIDADE FINANCIADORA DA TRANSFERÊNCIA	ORÇADAS	OBTIDAS
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.022.346,00 €	3.826.874,00 €
Fundo Social Municipal	409.579,00 €	389.675,00 €
Participação fixa no IRS	326.161,00 €	301.866,00 €
Outras entidades	1.081.364,00 €	980.545,96 €
<b>TOTAL</b>	<b>5.839.450,00 €</b>	<b>5.498.960,96 €</b>

**2.2 RECEITAS DE CAPITAL**

As **receitas de capital** previstas apresentam uma execução de **22,05 %**.

*Quadro III – Resumo das Receitas de Capital*

RECEITAS CAPITAL	ORÇADAS	REALIZADAS	%
9 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	15.587.168,00 €	405.883,22 €	2,60
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.853.469,00 €	4.605.809,69 €	52,02
12 PASSIVOS FINANCEIROS	835.780,00 €	464.839,36 €	55,62
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	66.665,00 €	80,00 €	0,12
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	762,00 €	1.935,37 €	253,99
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	139.384,00 €	139.384,00 €	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>25.483.228,00 €</b>	<b>5.617.931,64 €</b>	<b>22,05</b>

As transferências da Administração Central foram orçamentadas em **8.853.469,00 €**., contudo, em 31 de dezembro constatou-se que as mesmas não ultrapassaram o montante de **4.605.809,69 €**.

*Quadro IV – Resumo das Transferências Capital*



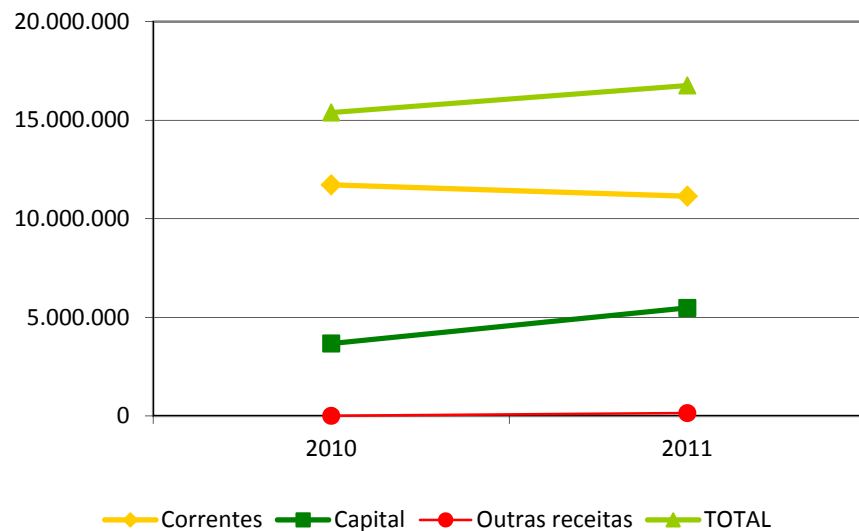
ENTIDADE FINANCIADORA DA TRANSFERÊNCIA	ORÇADAS	OBTIDAS
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00 €	0,00 €
Estado	6.211.896,00 €	2.603.006,07 €
Estado-Particip. Comunitária project. Co-financiados	2.641.573,00 €	2.002.803,62 €
Administração regional	0,00 €	0,00 €
Outras entidades	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>8.853.469,00 €</b>	<b>4.605.809,69 €</b>

### 2.3 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

*Tabela 2 – Evolução das Receitas*

RECEITAS	2010	2011
Correntes	11.715.906,39 €	11.142.934,99 €
Capital	3.671.005,85 €	5.476.612,27 €
Outras receitas	761,95 €	141.319,37 €
<b>TOTAL</b>	<b>15.387.674,19 €</b>	<b>16.760.866,63 €</b>

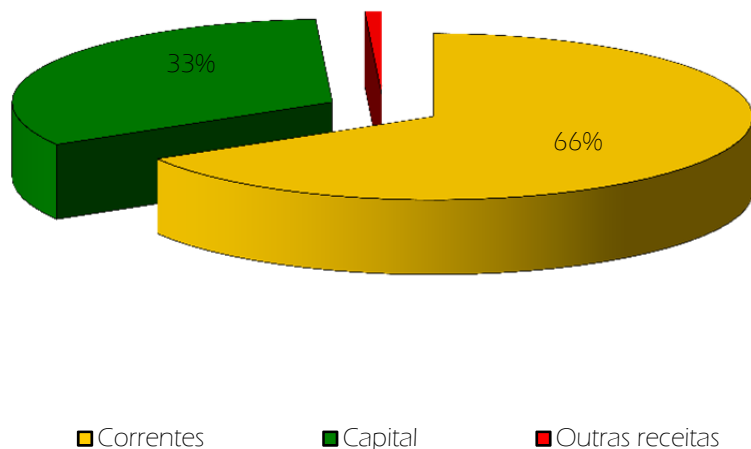
**Gráfico 1 – Evolução das Receitas**



Procedendo-se a uma análise comparativa da estrutura e evolução das receitas nos anos em análise é possível constatar o seguinte:

- Regista-se um acréscimo na evolução das receitas correntes e de capital de 2010 para 2011.
- O crescimento das receitas correntes apresenta um perfil homogéneo, houve uma diminuição em 2011 pouco significativa.

**Gráfico 2 – Proporcionalidade entre Receitas**



## B. DESPESA

### 1. ANÁLISE GLOBAL

Em 2011 foram pagos **16.477.217,71 €**, deste valor, **9.104.259,60 €** respeitam a despesas de natureza corrente e **7.372.958,11 €** a despesas de capital, tendo sido atingido um grau de execução de **69,01%** e **28,86%**, respetivamente.

*Tabela 3 – Síntese da Execução Orçamental das Despesas.*

DESPESA	ORÇADA	EXECUTADA	SALDO	% EXE.
Corrente	13.192.980,00 €	9.104.259,60 €	-4.088.720,40 €	69,01%
Capital	25.544.332,00 €	7.372.958,11 €	-18.171.373,89 €	28,86%
<b>TOTAL</b>	<b>38.737.312,00 €</b>	<b>16.477.217,71 €</b>	<b>-22.260.094,29 €</b>	<b>42,54%</b>

## 2. ANÁLISE DETALHADA

Considerando as tradicionais variáveis associadas à realização de despesas, é possível observar que a realização da despesa no ano de 2011 apresenta uma taxa de execução global de **42,54%**.

### 2.1 DESPESAS CORRENTES

A **despesa corrente** foi orçamentada em **13.192.980,00 €** e realizada no valor de **9.104.259,60 €**, o que representa uma taxa de execução de **69,01%**.

Assim, constata-se que a **despesa corrente** (9.104.259,6 €) é inferior à **receita corrente** (11.142.934,99 €), tendo sido gerada uma poupança corrente.

As despesas que mais influenciam o valor das despesas correntes são os juros e outros encargos e as despesas com pessoal.

*Quadro V – Resumo das Despesas Correntes*

DESPESAS CORRENTES		ORÇADAS	REALIZADAS	%
1	PESSOAL	6.200.880,00 €	5.116.771,55 €	82,52
2	AQUISICAO DE BENS. SERVI. CORRENTES.	6.286.300,00 €	3.477.210,49 €	55,31
3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	263.600,00 €	225.163,59 €	85,42
4	TRANSFERENCIAS CORRENTES	362.200,00 €	236.290,50 €	65,24
5	SUBSIDIOS	0,00 €	0,00 €	0,00
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00 €	48.823,47 €	61,03
<b>TOTAL</b>		<b>13.192.980,00 €</b>	<b>9.104.259,60 €</b>	<b>69,01</b>

**2.2 DESPESAS DE CAPITAL**

A **despesa de capital** orçada no montante de **25.544.332,00 €** e executada apenas na importância de **7.372.958,11 €** representa um desempenho de **28,86%**.

Assim, de acordo com o quadro VI constata-se que o montante executado mais significativo de despesas de capital é o relativo a passivos financeiros, seguido das rubricas de transferências de capital e de aquisição de bens de Investimento.

*Quadro VI – Resumo das Despesas de Capital*

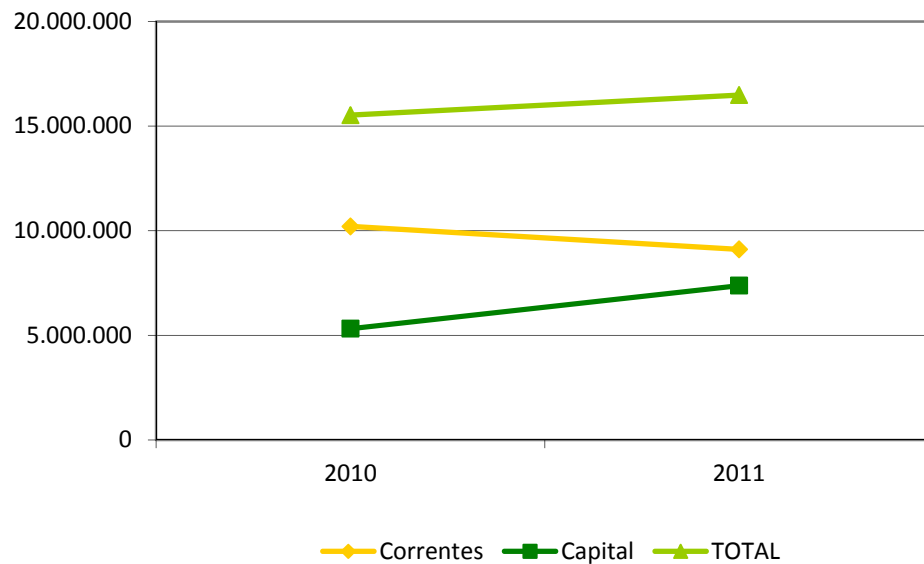
DESPESAS CAPITAL		ORÇADAS	COBRADA	%
7	AQUISICAO DE BENS DE INVESTIMENTO	23.897.332,00 €	5.961.499,13 €	24,95%
8	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	582.500,00 €	367.329,22 €	63,06%
9	ATIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.064.500,00 €	1.044.129,76 €	98,09%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00 €	0,00 €	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>25.544.332,00 €</b>	<b>7.372.958,11 €</b>	<b>28,86 %</b>

### 2.3 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

*Tabela 3 – Evolução das Despesas*

DESPESAS	2010	2011
Correntes	10.202.628,15 €	9.104.259,60 €
Capital	5.314.682,09 €	7.372.958,11 €
<b>TOTAL</b>	<b>15.517.310,24 €</b>	<b>16.477.217,71 €</b>

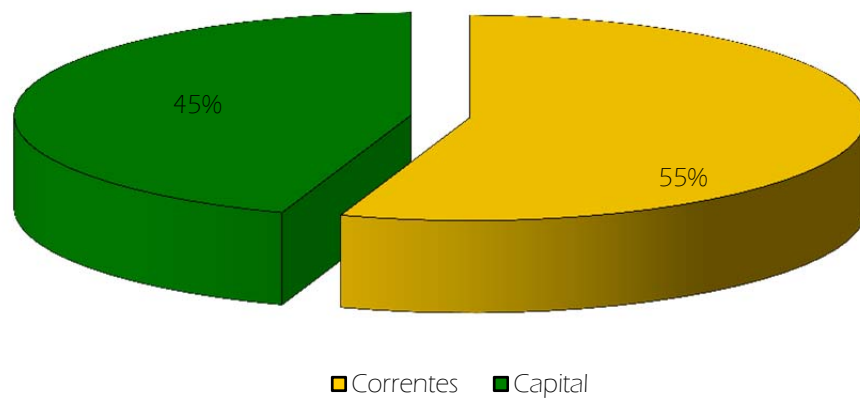
*Gráfico 3 – Evolução da Despesa*



Procedendo-se a uma análise comparativa da estrutura e evolução das despesas dos anos em análise é possível constatar o seguinte:

- Regista-se um acréscimo na evolução das despesas de capital de 2010 para 2011.
- O crescimento das despesas correntes apresenta um perfil homogéneo, tendo existido uma diminuição em 2011.

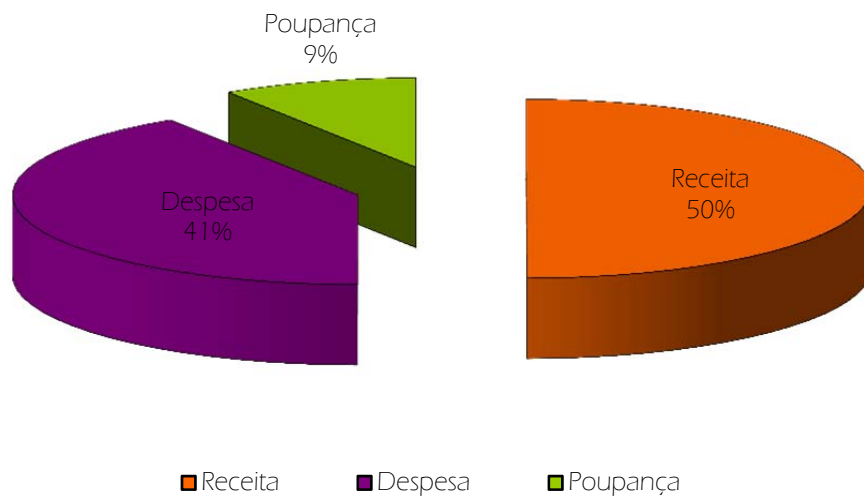
*Gráfico 4 – Proporcionalidade entre Despesas*



### C. EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

O cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, refere a importância da verificação deste Princípio.

*Gráfico 5 – Relação entre a receita e despesa corrente*



De acordo com o gráfico apresentado é possível observar que as receitas correntes cobrem as despesas correntes, em cerca de **9%**, logo constitui-se Poupança corrente.



## D. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

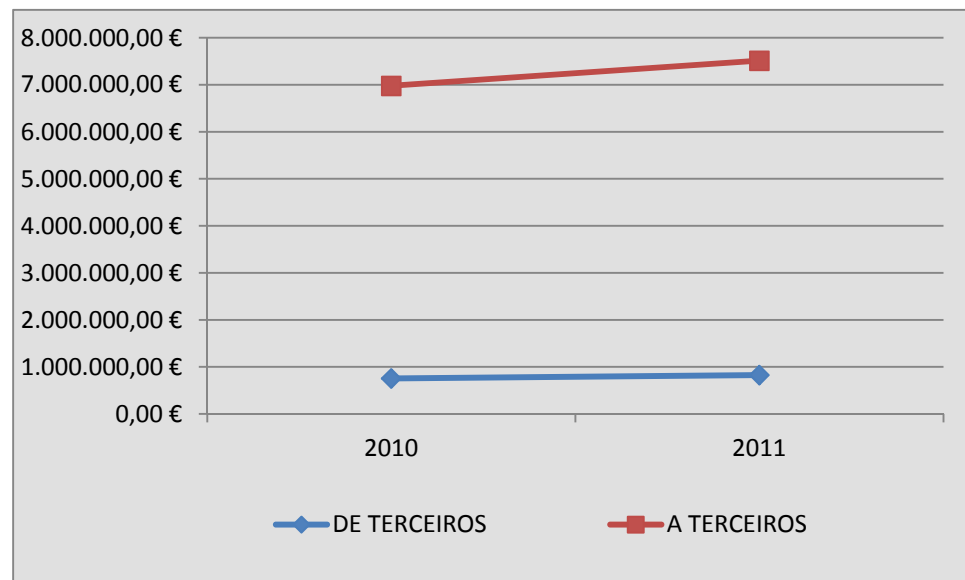
### 1. DÍVIDAS DE CURTO PRAZO

Tal como se pode verificar pela análise da Tabela 5 e pelo gráfico 6, as dívidas a terceiros e as dívidas de terceiros sofreram um aumento de 2010 para 2011.

*Tabela 5 – Dívidas de curto prazo*

ANOS	DÍVIDAS CURTO PRAZO	
	DE TERCEIROS	A TERCEIROS
2010	752.448,32 €	6.978.050,07 €
2011	825.084,45 €	7.512.376,20 €

*Gráfico 6 – Dívidas de curto prazo*



## 2. DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

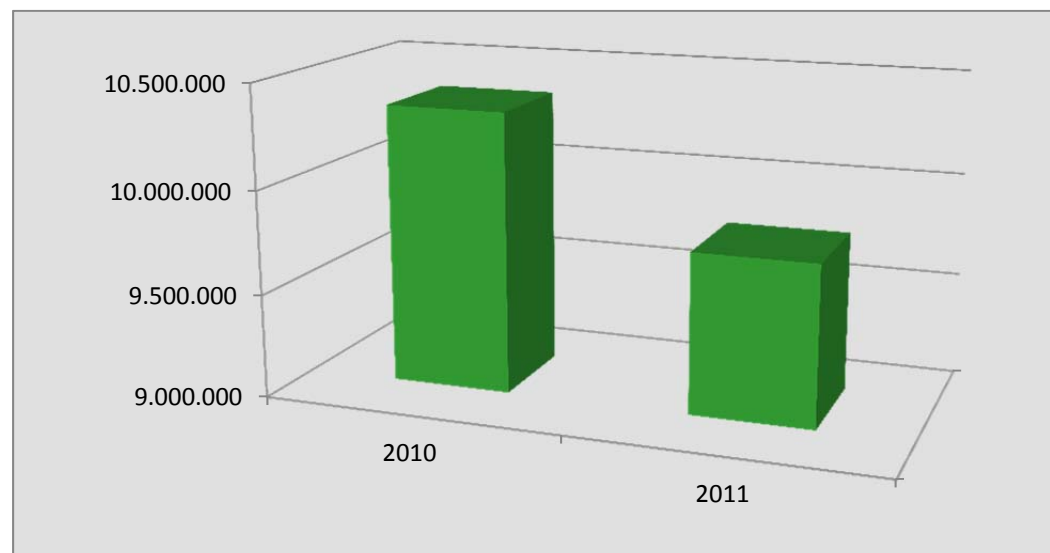
Para a realização dos investimentos necessários à dotação infraestrutural e criação de dinâmicas de desenvolvimento económico e social, os municípios recorrem à contratação de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos previstos na lei.

O Município de Mangualde tem demonstrado prudência e parcimónia na utilização deste recurso financeiro.

*Tabela 6 – Dívidas de médio e longo prazo*

ANOS	2010	2011
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	10.353.971,96 €	9.774.681,56 €

*Gráfico 6 – Empréstimos de médio e longo prazo*

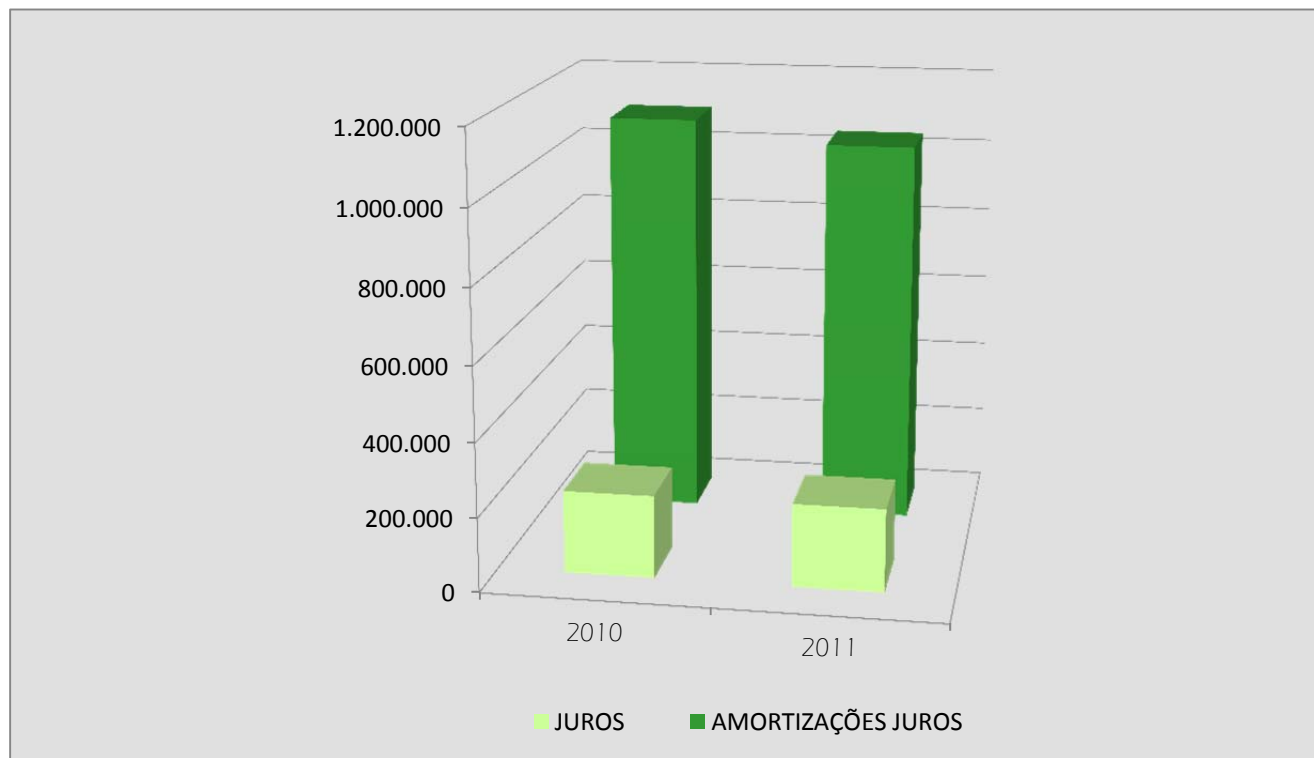


No período em análise verifica-se uma diminuição dos empréstimos de longo prazo em 2011.

*Tabela 7 – Juros e amortizações de empréstimos*

ANOS	2010	2011
AMORTIZAÇÕES	1.101.211,72 €	1.044.129,76 €
JUROS	224.398,46 €	225.163,59 €

*Gráfico 7 – Juros e amortizações*



## E. INDICADORES

Neste capítulo serão analisados vários indicadores de carácter global, por forma a possibilitar uma visão objetiva da atividade desenvolvida pelo Município de Mangualde.

INDICADORES		2010	2011
		%	%
1	FEF	43,57	38,05
	Receitas Totais		
2	Receitas Próprias	38,16	33,52
	Receitas Totais		
3	Passivos Financeiros (Rec)	0,00	2,77
	Receitas Totais		
4	Transferências (Rec)	56,69	60,29
	Receitas Totais		
5	Pessoal	35,31	31,05
	Despesas Totais		
6	Investimento	25,58	36,18
	Despesas Totais		
7	Serviço da Dívida	8,54	7,70
	Despesas Totais		
8	Receitas Próprias	147,90	94,25
	Investimento		
9	FEF	168,87	106,99
	Investimento		

### Análise dos Rácios de Execução Orçamental:

#### Rácio 1 - Peso do FEF nas Receitas Totais

Da análise aos rácios conclui-se que o peso das Transferências correntes e de capital representam cerca de **38,05%** do total das receitas, evidenciando dependência daquele tipo de financiamento em detrimento de Receitas próprias.

**Rácio 2 – Peso das Receitas Próprias nas Receitas Totais**

Observa-se que o peso das receitas próprias da autarquia no total das suas receitas teve uma tendência decrescente nos anos em análise, representando em 2011 cerca de **33,52%** das receitas totais.

**Rácio 3 – Peso da Receita de Passivos Financeiros nas Receitas Totais**

De acordo com a análise dos dados, é possível identificar um acréscimo no peso dos passivos financeiros no total das receitas.

**Rácio 4 - Peso da Transferências Obtidas nas Receitas Totais**

Assiste-se a um peso significativo das transferências da administração pública.

**Rácio 5 - Peso das Despesas de Pessoal no Total das Despesas**

O rácio indica o peso dos gastos com os recursos humanos no total das despesas da autarquia, havendo uma tendência decrescente de 2010 para 2011.

**Rácio 6 - Peso do Investimento no Total das Despesas**

A análise demonstra que o esforço de investimento no ano 2011 sofreu um aumento comparando com 2010.

**Rácio 7 – Peso do Serviço da Dívida nas Despesas Totais**

Apesar de se assistir ao aumento do endividamento do município tal como demonstrado no rácio 3, o peso dos serviços da dívida nas suas despesas totais não evoluiu no mesmo sentido.

**Rácio 8 - Cobertura do Investimento pelas Receitas Próprias**

Assiste-se à diminuição da capacidade própria para financiar o investimento.

**Rácio 9 - Cobertura do Investimento pelo FEF**

Em conformidade com a análise do rácio 1 dado que o peso do FEF é significativo, também se assiste neste rácio que o FEF é a principal fonte de financiamento dos investimentos realizados pela autarquia.

INDICADORES		2010	2011
		%	%
10	FEF		
	Investimento+Trans. Capital (desp)	159,11	100,78
11	Despesas c/ pessoal	46,76	45,92
	Rec. Correntes		
12	Limite =<60%		
	Receitas Correntes	76,14	66,48
13	Receitas Totais		
	Receitas de Capital	23,86	32,67
14	Receitas Totais		
	Despesas Correntes	65,75	55,25
15	Despesas Totais		
	Despesas de Capital	34,25	44,75
16	Despesas Totais		
	Receitas Totais	99,16	101,72
17	Despesas Totais		
	Receitas Correntes	114,83	122,39
18	Despesas Correntes		
	Limite> =100%		
	Receitas de Capital	69,07	74,28
	Despesas de Capital		

#### Rácio 10 - Cobertura pelo FEF do Investimento e Despesas de Capital Concedidas

Em conformidade com a análise do rácio 1 dado que o peso do FEF é significativo, também se assiste neste rácio que o FEF é a principal fonte de financiamento dos investimentos realizados pela autarquia e do fomento dos financiamentos noutras instituições.

#### Rácio 11 - Peso das Despesas de Pessoal no Total das Receitas

De acordo com a análise do rácio, dado que o peso das despesas com pessoal sofreu uma diminuição no último ano, esta despesa absorve menos receitas correntes.

**Rácio 12 – Peso das Receitas Correntes no Total das Receitas**

O peso das receitas correntes atingiu o nível mais baixo em 2011, tendo registado os **66,48%**.

**Rácio 13 - Peso das Receitas de Capital no Total das Receitas**

As receitas de capital tiveram no exercício de 2011 um valor superior ao de 2010, tendo-se ficado nos **32,67%**.

**Rácio 14 - Peso das Despesas Correntes no Total das Despesas**

As despesas correntes sofreram um decréscimo, registando em 2011 o valor de **55,25%**.

**Rácio 15 - Peso das Despesas de Capital no Total das Despesas**

As despesas de capital aumentaram o seu peso relativo no ano de 2011, atingindo **44,75%**.

**Rácio 16 – Cobertura das Despesas Totais pela Receita Total**

Nos anos em análise verifica-se a cobertura das despesas pelas receitas totais.

**Rácio 17 - Cobertura das Despesas Correntes pela Receita Corrente**

As receitas correntes demonstraram um financiamento crescente das despesas correntes, tendo no último exercício atingido o valor de **122,39%**.

**Rácio 18 - Cobertura das Despesas de Capital pela Receita de Capital**

Ao invés das receitas correntes, as receitas de capital demonstraram um financiamento crescente das despesas de capital, registando em 2011 o valor de **74,28%**.

## 2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

### ANÁLISE ECONÓMICA

A Demonstração de Resultados que a seguir se apresenta é a síntese do documento original.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2010	2011
<b>Custos e perdas</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	1.032.312,71 €	1.167.665,56 €
Fornecimentos e serviços externos	4.576.135,90 €	4.728.313,31 €
Custos com pessoal:		
- Remuneracoes	4.769.855,15 €	4.099.078,14 €
- Encargos sociais	971.887,14 €	853.238,38 €
Amortizações do exercício	832.655,12 €	1.124.803,05 €
Provisões do exercício	2.993,61 €	7.763,50 €
Transferências e subsídios correntes concedidos e prest.soc.	318.364,93 €	245.500,66 €
Outros custos e perdas operacionais	20.143,82 €	15.524,33 €
<b>(A) Custos e perdas operacionais</b>	<b>12.524.348,38 €</b>	<b>12.241.886,93 €</b>
Custos e perdas financeiras	245.389,40 €	246.668,51 €
<b>(C) Custos e perdas correntes</b>	<b>12.769.737,78 €</b>	<b>12.488.555,44 €</b>
Custos e perdas extraordinários	426.203,07 €	1.522.259,10 €
<b>(E) Custos e perdas do exercício</b>	<b>13.195.940,85 €</b>	<b>14.010.814,54 €</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.694.018,15 €</b>	<b>2.777.685,05 €</b>
	<b>16.889.959,00 €</b>	<b>16.788.499,59 €</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Vendas e prestações de serviços:		
Mercadorias	317.568,61 €	178.077,31 €
Produtos	1.185.260,70 €	1.222.287,01 €
Prestações de serviços	876.010,30 €	764.751,36 €
Anulações	0,00 €	0,00 €
Reembolsos e Restituições	0,00 €	0,00 €
Impostos e taxas	2.813.225,35 €	2.839.842,96 €
Trabalhos p/ a própria entidade	774.520,89 €	1.005.674,70 €
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00 €



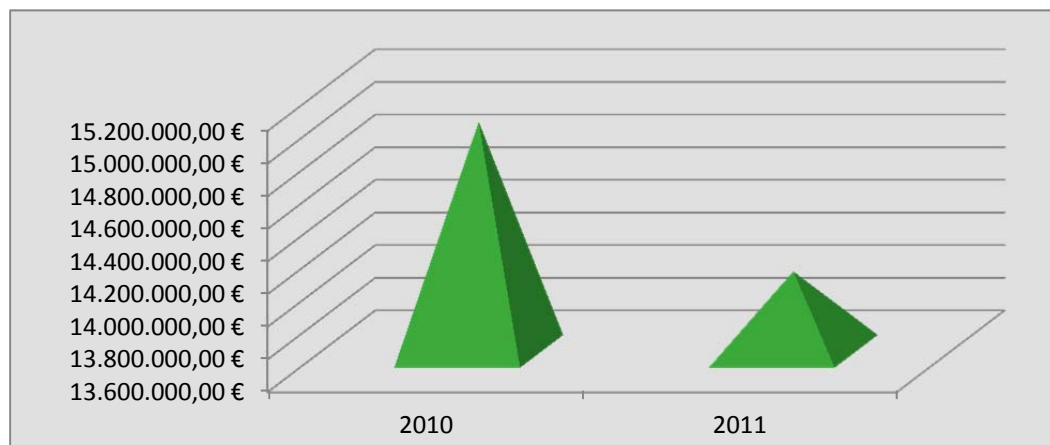
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2010	2011
Transferências e subsídios obtidos	9.039.604,89 €	8.079.415,76 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	0,00 €
<b>(B) Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>15.006.190,74 €</b>	<b>14.090.049,10 €</b>
Proveitos e ganhos financeiros	607.519,16 €	615.286,10 €
<b>(D) Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>15.613.709,90 €</b>	<b>14.705.335,20 €</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	1.276.249,10 €	2.083.164,39 €
<b>(F) Proveitos totais</b>	<b>16.889.959,00 €</b>	<b>16.788.499,59 €</b>

## 1. PROVEITOS

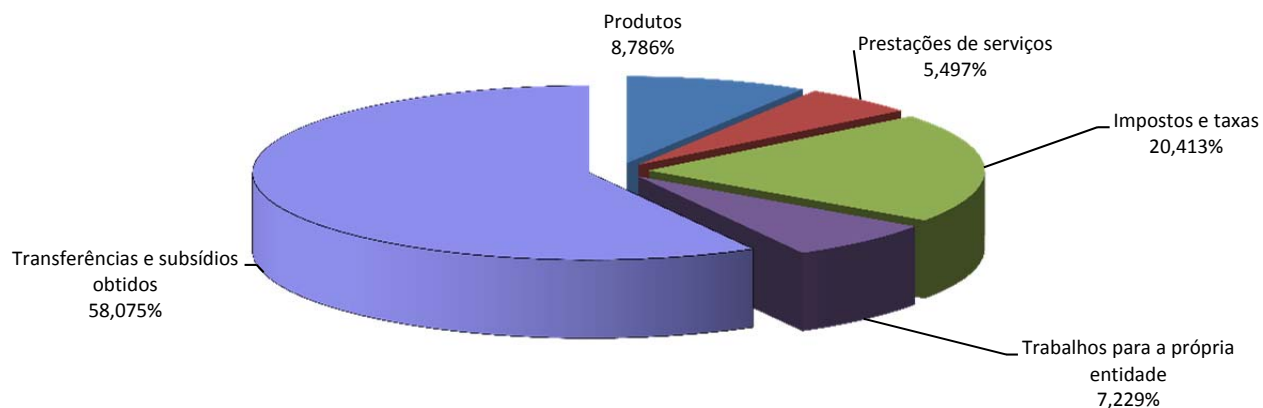
### 1.1 PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais, traduziram-se no ano de 2011 em **14.090.049,10 €**, o que representa uma diminuição em relação a 2010 (**15.006.190,74 €**) de **6,11%**.

*Gráfico 8 – Proveitos Operacionais*



**Gráfico 9 – Proveitos Operacionais Repartidos**



Através da análise do gráfico 9 é possível verificar que o valor que contribuiu maioritariamente para o montante de proveitos operacionais foi o de Transferências e subsídios obtidos **8.079.415,76 €**, seguido de Impostos e taxas no valor de **2.839.842,96 €**; ou seja: **58,08%** e **20,41%**, respetivamente.

Assim, estas rubricas refletem um peso de cerca de **78,49 %** no total dos Proveitos Operacionais.

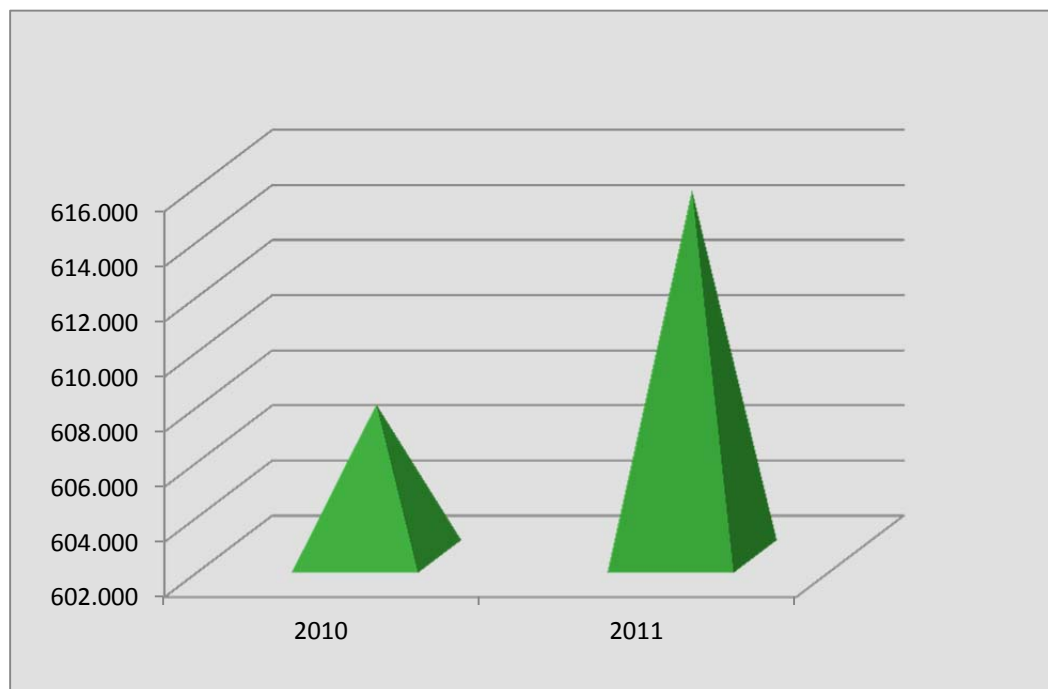
**Tabela 4 – Distribuição dos Proveitos Operacionais**

PROVEITOS OPERACIONAIS	2010	2011
Venda de produtos	1.185.260,70 €	1.222.287,01 €
Prestações de serviços	876.010,30 €	764.751,36 €
Impostos e taxas	2.813.225,35 €	2.839.842,96 €
Trabalhos p/ a própria entidade	774.520,89 €	1.005.674,70 €
Proveitos suplementares	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios obtidos	9.039.604,89 €	8.079.415,76 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>14.688.622,13 €</b>	<b>13.911.971,79 €</b>

## 1.2 PROVEITOS FINANCEIROS

O valor total de Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em **615.286,10 €**, o que se significou um relativo aumento comparativamente ao ano anterior (**607.519,16€**).

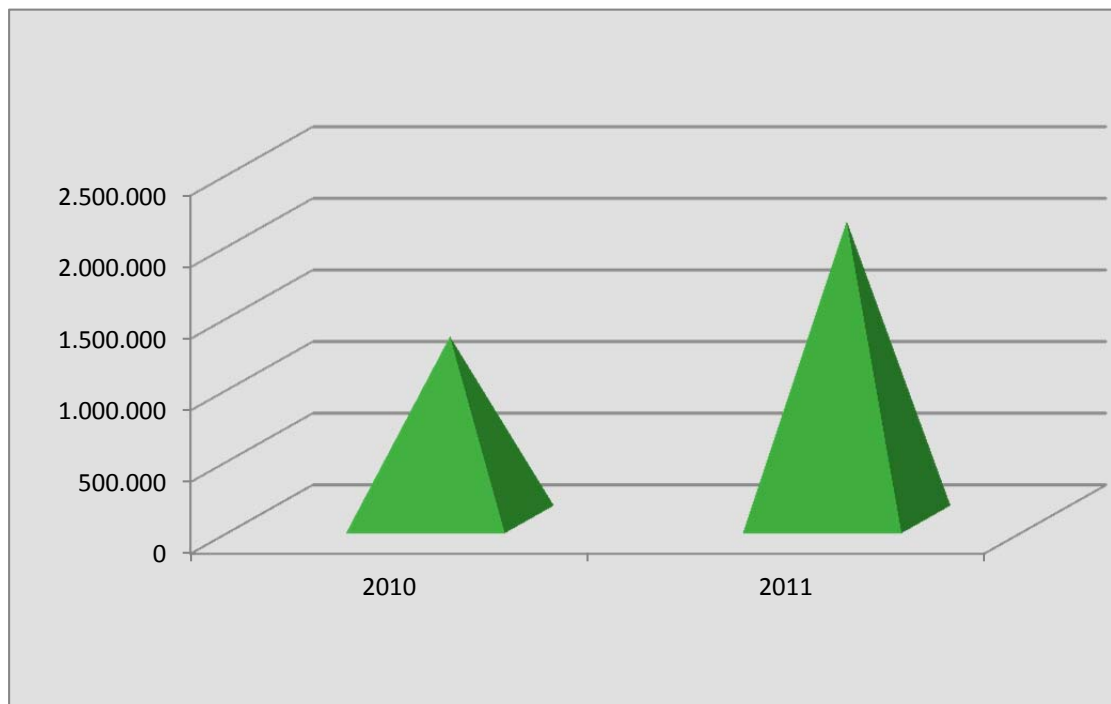
*Gráfico 10 – Proveitos Financeiros*



### 1.3 PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS

Por seu turno, o montante de Proveitos e Ganhos Extraordinários registou o montante de **2.083.164,39€**, o que se traduz num aumento face ao ano de 2010, que foi de **1.276.249,10€**.

*Gráfico 11 – Proveitos Extraordinários*

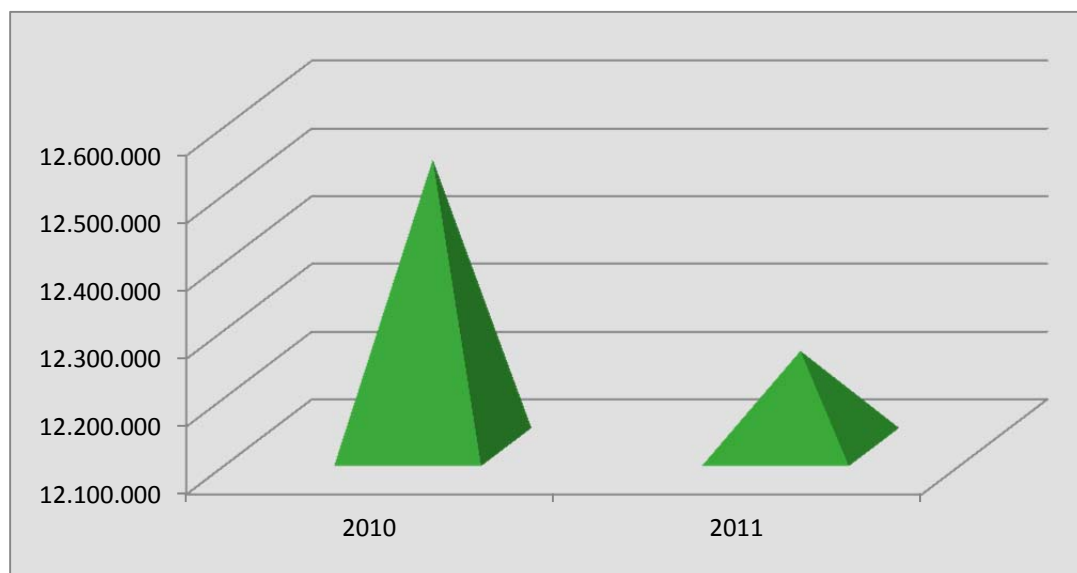


## 2. CUSTOS

### 2.1 CUSTOS OPERACIONAIS

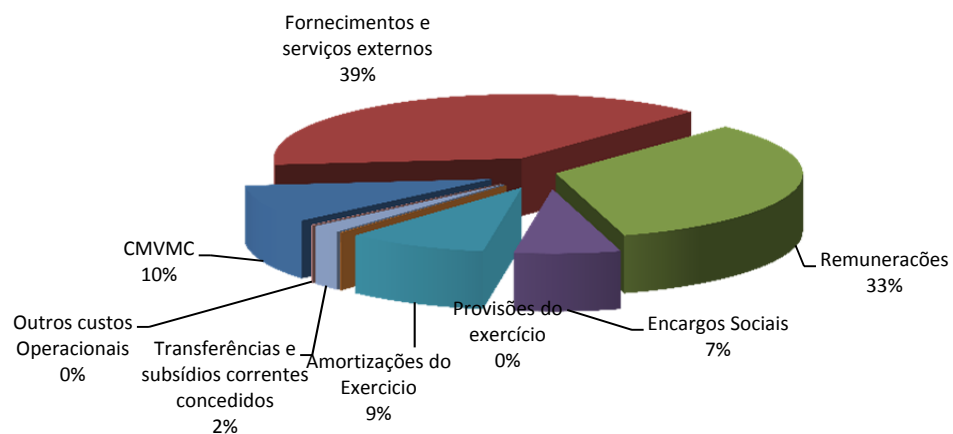
Os Custos e Perdas Operacionais totalizaram **12.241.886,93€**, o que se traduziu numa diminuição de **282.461,45 €** (-2,26%) em relação ao ano de 2010.

*Gráfico 12 – Custos Operacionais*



Os montantes relativos a Fornecimentos e Serviços Externos e Remunerações contribuíram decisivamente para o valor total de custos operacionais.

**Gráfico 13 – Custos Operacionais Repartidos**



Da análise da tabela seguinte, resulta que, no total de Custos e Perdas Operacionais, a rubrica cujo crescimento em termos relativos mais se destacou foi a de Provisões do exercício, a qual ascendeu à quantia de **7.763,50 €**, com um crescimento em 2011 de **159%**.

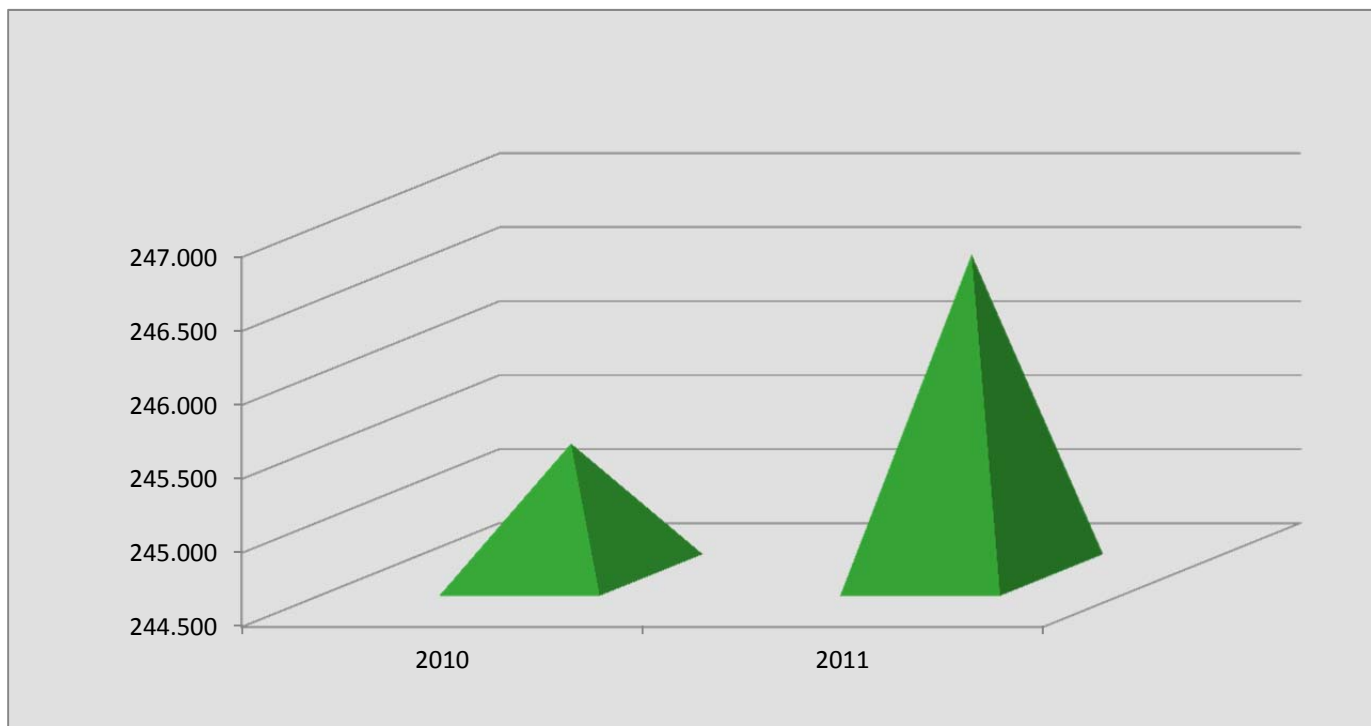
**Tabela 5 – Distribuição dos Custos Operacionais**

CUSTOS OPERACIONAIS	2010	2011
CMVMC	1.032.312,71 €	1.167.665,56 €
Fornecimentos e Serviços Externos	4.576.135,90 €	4.728.313,31 €
Custos com pessoal:		
- Remunerações	4.769.855,15 €	4.099.078,14 €
- Encargos Sociais	971.887,14 €	853.238,38 €
Amortizações do exercício	832.655,12 €	1.124.803,05 €
Provisões do exercício	2.993,61 €	7.763,50 €
Transferências e subsídios correntes	318.364,93 €	245.500,66 €
Outros custos e perdas operacionais	20.143,82 €	15.524,33 €
<b>TOTAL</b>	<b>12.524.348,38 €</b>	<b>12.241.886,93 €</b>

## 2.2 CUSTOS FINANCEIROS

Os Custos e Perdas Financeiros atingiram o valor de **246.668,51 €**, o que representou um aumento **1.279,11 €** em relação ao ano anterior.

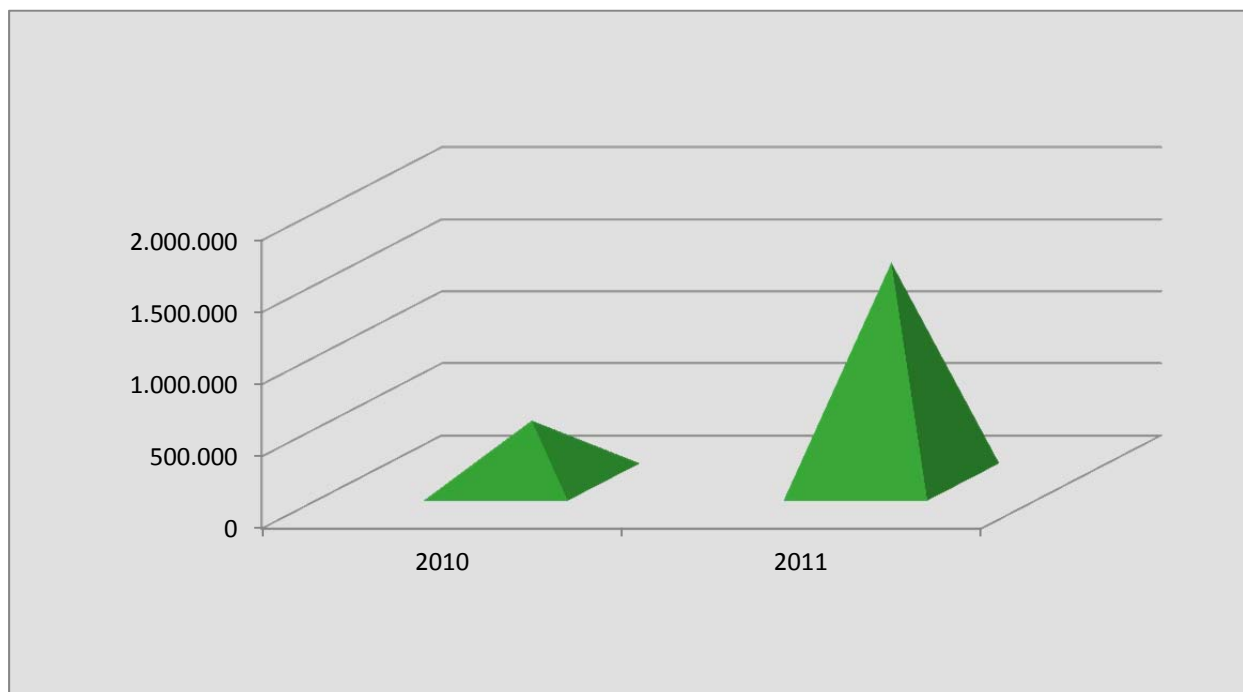
*Gráfico 14 – Custos Financeiros*



### 2.3 CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Os Custos e Perdas Extraordinários em 2011 registaram um valor de **1.522.259,1€**, superior a 2010 em que atingiu **426.203,07€**.

*Gráfico 15 – Custos Extraordinários*



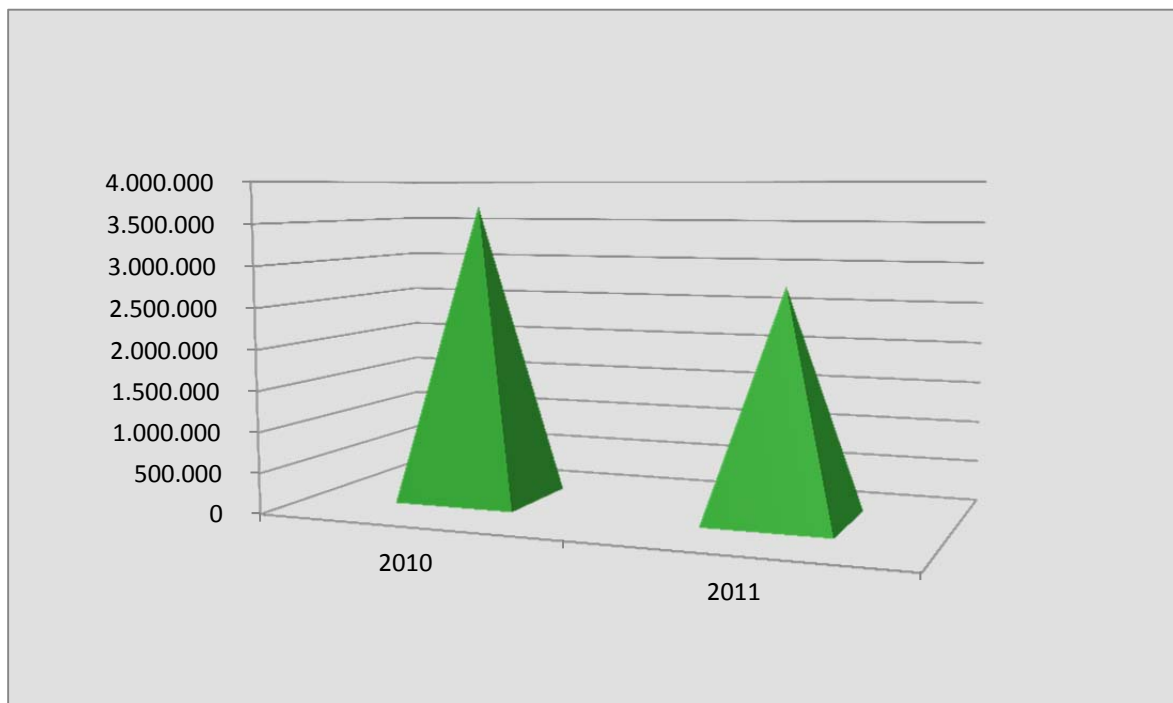


### 3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do Exercício de 2011 totalizou **2.777.685,05 €**, o que representou uma diminuição de **916.333,10€**, face a 2010.

Por seu turno, os resultados correntes diminuíram **627.192,36€**, de **2.843.972,12 €**, no ano 2010, para **2.216.779,76 €**, no ano 2011.

*Gráfico 16 – Resultado Líquido do Exercício*



RESUMO	2010	2011
(B) - (A) = Resultados Operacionais	2.481.842,36 €	1.848.162,17 €
[(D) - (B)] - [(C) - (A)] = Resultados Financeiros	362.129,76 €	368.617,59 €
(D) - (C) = Resultados Correntes	2.843.972,12 €	2.216.779,76 €
<b>(F) - (E) = Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.694.018,15 €</b>	<b>2.777.685,05 €</b>

**4. SALDOS DE GESTÃO**

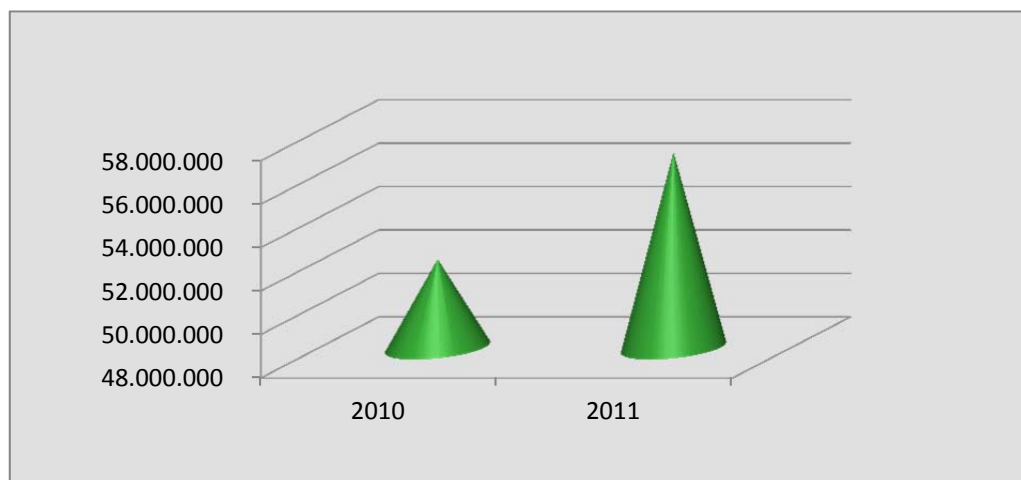
	2010	2011
Proveitos Operacionais	15.006.190,74 €	14.090.049,10 €
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	9.750.787,23 €	8.071.050,63 €
Excedente Bruto de exploração (EBE)	2.551.479,75 €	1.942.542,72 €
Capacidade Autofinanciamento (CAF)	3.763.655,54 €	2.872.065,60 €
<b>Anexo (I)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Vendas de mercadorias	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas	1.032.312,71 €	1.167.665,56 €
<b>= Margem bruta comercial (MBC)</b>	<b>1.032.312,71 €</b>	<b>1.167.665,56 €</b>
Vendas	1.185.260,70 €	1.222.287,01 €
Prestação de Serviços	876.010,30 €	764.751,36 €
Variação da Produção	0,00 €	0,00 €
Trabalhos p/ própria Entidade	774.520,89 €	1.005.674,70 €
Transferências e subsídios obtidos	9.039.604,89 €	8.079.415,76 €
<b>= Produção</b>	<b>11.875.396,78 €</b>	<b>11.072.128,83 €</b>
<b>Anexo (II)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Mercadorias	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas	1.032.312,71 €	1.167.665,56 €
Fornecimentos e Serviços Externos	4.576.135,90 €	4.728.313,31 €
<b>= Consumos Intermediários</b>	<b>5.608.448,61 €</b>	<b>5.895.978,87 €</b>
Resultado líquido	3.694.018,15 €	2.777.685,05 €
Pessoal	5.741.742,29 €	4.952.316,52 €
Amortizações mensais	69.387,93 €	93.733,59 €
Provisões mensais	249,47 €	646,96 €
Juros e custos simulares	245.389,40 €	246.668,51 €
<b>= VAB</b>	<b>9.750.787,23 €</b>	<b>8.071.050,63 €</b>
Resultados Operacionais	2.481.842,36 €	1.848.162,17 €
Amortizações mensais	69.387,93 €	93.733,59 €
Provisões mensais	249,47 €	646,96 €
<b>= Excedente Bruto de Exploração (EBE)</b>	<b>2.551.479,75 €</b>	<b>1.942.542,72 €</b>
Resultado Líquido	3.694.018,15 €	2.777.685,05 €
Amortizações mensais	69.387,93 €	93.733,59 €
Provisões mensais	249,47 €	646,96 €
Amortizações e Provisões de aplic. financeiras	0,00 €	0,00 €
<b>= Cap. de Auto financiamento (CAF)</b>	<b>3.763.655,54 €</b>	<b>2.872.065,60 €</b>

## A. ANÁLISE FINANCEIRA

### 1. ATIVO

O Ativo Líquido ascendeu, no ano 2011, a **56.987.781,02 €**, comparativamente ao valor registado no final de 2010 (52061565,24 €), verifica-se um acréscimo de **4926215,78 €**.

*Gráfico 17 – Ativo Líquido*



*Tabela 6 – Evolução do Ativo Imobilizado*

IMOBILIZADO	2010	2011	Crescimento	
			Valor	%
Bens de Domínio Público	39.103.439,68 €	40.282.626,73 €	1.179.187,05 €	3,02
Imobilizações Incorpóreas	108.502,90 €	112.741,84 €	4.238,94 €	3,91
Imobilizações Corpóreas	11.361.951,32 €	15.554.227,08 €	4.192.275,76 €	36,90
Investimentos Financeiros	1.487.671,34 €	1.038.185,37 €	-449.485,97 €	-30,21
<b>TOTAL</b>	<b>52.061.565,24 €</b>	<b>56.987.781,02 €</b>	<b>4.926.215,78 €</b>	<b>9,46</b>

De acordo com o observado na Tabela constata-se que existe uma evolução no crescimento global do imobilizado, na ordem dos **9,46%**. Este crescimento resulta principalmente de Imobilizações Corpóreas que registaram uma taxa de crescimento comparativamente com o ano anterior de cerca de **36,90%**.

*Tabela 7 – Evolução do Ativo Circulante*

CIRCULANTE	2010	2011	Crescimento	
			Valor	%
Existências	79.855,54 €	1.037.913,50 €	958.057,96 €	1199,74
Div de 3º- curto prazo	752.448,32 €	825.084,45 €	72.636,13 €	9,65
Disponibilidades	493.873,38 €	672.032,40 €	178.159,02 €	36,07
Acréscimos e Diferimentos	557.789,51 €	81.738,22 €	-476.051,29 €	-85,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.883.966,75 €</b>	<b>2.616.768,57 €</b>	<b>732.801,82 €</b>	<b>38,90</b>

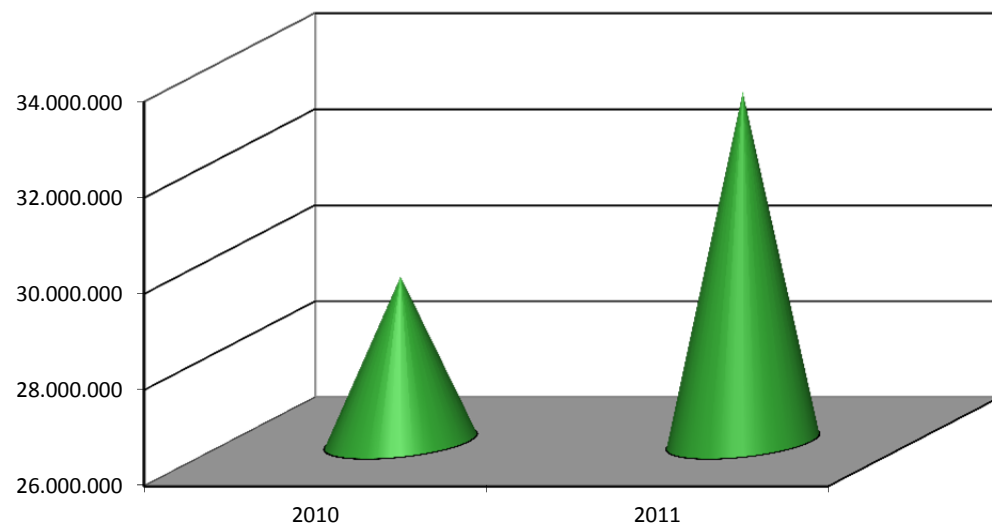
Ainda no âmbito do Ativo, verifica-se que a rubrica de Existências aumentou cerca de **1199,74%** em relação ao ano 2010.

O valor de Disponibilidades também aumentou cerca de **36,07%**, relativamente ao ano de 2010.

## 2. FUNDOS PRÓPRIOS

O total de Fundos Próprios ascende a **33.277.674,19 €**, sendo de notar uma evolução positiva face a 2010 (29.437.200,62 €).

*Gráfico 18 – Fundos Próprios*



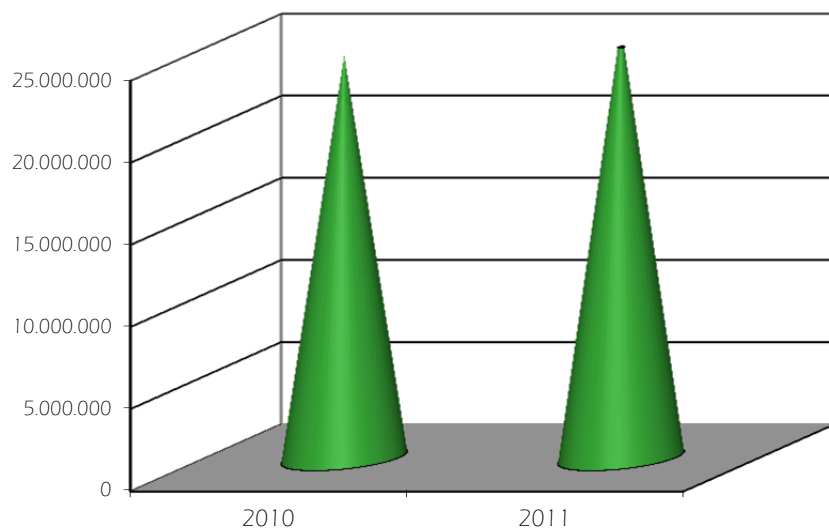
**Tabela 8 – Evolução Fundos Próprios**

FUNDOS PRÓPRIOS	2010	2011	Crescimento	
			Valor	%
Património	19.783.704,67 €	20.841.710,74 €	1.058.006,07 €	5,35
Ajustamentos de Partes de Capital	11.000,00 €	11.000,00 €	0,00 €	0,00
Reservas Legais	364.311,18 €	549.012,09 €	184.700,91 €	50,70
Outras Reservas	7.538.743,66 €	9.098.266,31 €	1.559.522,65 €	20,69
Resultados Transitados	-1.954.577,04 €	0,00 €	1.954.577,04 €	-100,00
Resultado Líquido do Exercício	3.694.018,15 €	2.777.685,05 €	-916.333,10 €	-24,81
<b>TOTAL</b>	<b>29.437.200,62 €</b>	<b>33.277.674,19 €</b>	<b>3.840.473,57 €</b>	<b>13,05</b>

### 3. PASSIVO

O total do Passivo sofreu um acréscimo de **1.818.544,03 €**, em relação ao ano anterior.

**Gráfico 19 – Passivo**



**Tabela 9 – Evolução Passivo**

PASSIVO	2010	2011	Crescimento	
			Valor	%
Dividas a Terceiros - Médio/Longo Prazo	10.353.971,96 €	9.774.681,56 €	-579.290,40 €	-5,59
Dividas a Terceiros - Curto Prazo	6.978.050,07 €	7.512.376,20 €	534.326,13 €	7,66
Acréscimos e Diferimentos	7.176.309,34 €	9.039.817,64 €	1.863.508,30 €	25,97
<b>TOTAL</b>	<b>24.508.331,37 €</b>	<b>26.326.875,40 €</b>	<b>1.818.544,03 €</b>	<b>7,42</b>

**Tabela 10 – Evolução das Dívidas**

DÍVIDAS A TERCEIROS	2010	2011	Crescimento	
			Valor	%
Dívidas a Instituições de Crédito MLP	10.353.971,96 €	9.774.681,56 €	-579.290,40 €	-5,59
<b>Dívidas de Curto Prazo:</b>				
Dívidas a Instituições de Crédito CP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00
Fornecedores c/c	2.459.208,20 €	2.853.453,18 €	394.244,98 €	16,03
Fornecedores de Imobilizado, c/c	2.553.229,10 €	2.932.656,51 €	379.427,41 €	14,86
Clientes e utentes c/ cauções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00
Estado e outros entes Públicos	64.364,11 €	56.320,55 €	-8.043,56 €	-12,50
Administração Autárquica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00
Outros Credores	1.901.248,66 €	1.669.945,96 €	-231.302,70 €	-12,17
<b>TOTAL</b>	<b>17.332.022,03 €</b>	<b>17.287.057,76 €</b>	<b>-44.964,27 €</b>	<b>-0,26</b>

Como podemos observar nesta tabela, houve uma diminuição das rubricas de Estado e outros entes Públicos (-12,50%), e de Outros Credores (-12,17%).

O aumento mais significativo foi para Fornecedores c/c (16,03%), assim como Fornecedores de Imobilizado, c/c (14,86%).

Constata-se, ainda, que as dívidas de médio e longo prazo têm diminuído, sofreram um decréscimo de cerca de 5,59%.

#### 4. BALANÇO SINTÉTICO

BALANÇO SINTÉTICO					
ATIVO	2010	2011	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2010	2011
<b>Imobilizado:</b>			<b>Fundos Próprios</b>		
Bens de domínio público	39.103.439,68 €	40.282.626,73 €	Património	19.783.704,67 €	20.841.710,74 €
Imobilizações incorpóreas	108.502,90 €	112.741,84 €	Ajustamentos de Partes de Capital	11.000,00 €	11.000,00 €
Imobilizações corpóreas	11.361.951,32 €	15.554.227,08 €	Reservas Legais	364.311,18 €	549.012,09 €
Investimentos Financeiros	1.487.671,34 €	1.038.185,37 €	Outras Reservas	7.538.743,66 €	9.098.266,31 €
			Resultados Transitados	-1.954.577,04 €	0,00 €
			Resultado Líquido do Exercício	3.694.018,15 €	2.777.685,05 €
<b>Circulante:</b>			<b>Total dos Fundos Próprios:</b>	<b>29.437.200,62 €</b>	<b>33.277.674,19 €</b>
Existências	79.855,54 €	1.037.913,50 €			
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	752.448,32 €	825.084,45 €			
<b>Disponibilidades:</b>			<b>Passivo</b>		
Caixa	5.562,73 €	46.692,43 €	Dívidas a Terceiros M/L Prazo	10.353.971,96 €	9.774.681,56 €
Depósitos bancários	488.310,65 €	625.339,97 €	Dívidas a Terceiros Curto Prazo	6.978.050,07 €	7.512.376,20 €
Acréscimos e Diferimentos	557.789,51 €	81.738,22 €	Acréscimos e Diferimentos	7.176.309,34 €	9.039.817,64 €
<b>Total</b>	<b>53.945.531,99 €</b>	<b>59.604.549,59 €</b>			
<b>Total de Amortizações</b>	<b>8.417.974,72 €</b>	<b>9.525.186,59 €</b>	<b>Total do Passivo:</b>	<b>24.508.331,37 €</b>	<b>26.326.875,40 €</b>
<b>Total do Ativo:</b>	<b>53.945.531,99 €</b>	<b>59.604.549,59 €</b>	<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo:</b>	<b>53.945.531,99 €</b>	<b>59.604.549,59 €</b>



## 5. INDICADORES FINANCEIROS

Para melhor avaliar a evolução da situação financeira do Município são apresentados, de seguida, um conjunto de indicadores financeiros relativos à Rentabilidade, Financiamento e Liquidez para o ano 2011. Faz-se, também, uma comparação com os resultados obtidos no ano anterior:

*Quadro VII – Indicadores do Ativo*

INDICADORES DO ATIVO		2010	2011
1	Ativo Fixo	96,51%	95,61%
	Ativo Total		
2	Ativo Circulante	2,46%	4,25%
	Ativo Total		
3	Ativo Fixo	3925,69%	2248,01%
	Ativo Circulante		

Tal como se pode observar no quadro dos indicadores do Ativo, comparativamente ao ano 2010, o valor do ativo total aumentou. Esta situação deve-se fundamentalmente ao aumento dos saldos de existências, bem como das imobilizações corpóreas.

No que diz respeito ao ativo circulante (existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), verifica-se um aumento face ao ano anterior.

*Quadro VIII – Indicadores do Passivo*

INDICADORES DO PASSIVO		2010	2011
4	Passivo de Longo Prazo	42,25%	37,13%
	Passivo Total		
5	Passivo de Curto Prazo	28,47%	28,54%
	Passivo Total		

6	Passivo de Longo Prazo	148,38%	130,11%
	Passivo de Curto Prazo		

Constata-se que o passivo de longo prazo diminui e que o passivo de curto prazo sofreu um aumento pouco significativo, face ao ano 2010.

*Quadro IX – Indicadores Financeiros*

INDICADORES			2010	2011
7	Rentabilidade Líquida do Ativo	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Ativo}}$	6,85%	4,66%
8	Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Fundos Próprios}}$	83,26%	79,11%
9	Autofinanciamento de M/L Prazo	$\frac{\text{Empréstimo de M/L prazo}}{\text{Fundos Próprios}}$	35,17%	29,37%
10	Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo}}$	120,11%	126,40%
11	Índice de Solvência	$\frac{\text{Dívidas a Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$	32,13%	29,00%
12	Estrutura do Financiamento	$\frac{\text{Ativo}}{\text{Fundos Próprios}}$	183,26%	179,11%
13	Autonomia Global	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Capital Pp+Passivo}}$	58,58%	58,56%
14	Autonomia Financeira	$\frac{\text{Dividas de M/L Prazo}}{\text{Fundos Próprios}}$	35,17%	29,37%
15	Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Exigível a curto Prazo}}$	7,08%	8,95%
16	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo}}$	220,11%	226,40%

Tendo por base os rácios acima apresentados, analisa-se, de seguida, a dimensão das aplicações e dos recursos utilizados, bem como quais os ativos mais relevantes, as principais fontes de financiamento e a sua evolução temporal.

Comparativamente ao ano anterior, a análise global dos referidos rácios revela uma situação financeira desfavorável pelo facto de se ter verificado uma diminuição muito significativa do Resultado Líquido do Exercício, o que dá origem a reflexos negativos ao nível das rentabilidades. É possível constatar que o rácio de solvabilidade que traduz a capacidade do Município solver os seus compromissos sofreu um aumento face a 2010.

Por sua vez, o índice de solvência teve uma diminuição face ao ano anterior.

Pode, ainda, concluir-se que o Município de Mangualde possui um baixo nível de autonomia em termos globais, correspondendo a cerca de 29,37%.

Em termos de liquidez imediata, a capacidade da Autarquia em solver os seus compromissos de curto prazo teve um aumento pouco significativo em relação a 2010, sendo que, apesar de este indicador dever ser superior a um ( $> 1$ ), verifica-se ainda estar bastante aquém para o Município conseguir solver as suas dívidas de curto prazo.

#### IV. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

No âmbito do PAEL o **Município de Mangualde** foi enquadrado no **Programa II**, de acordo com a comunicação enviada pela DGAL, e foi, igualmente, identificada uma situação de desequilíbrio conjuntural nos termos do preceituado o n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL). Neste sentido o Município pretende aderir ao PAEL com o objetivo de estabilizar a sua situação económica e financeira, assumindo-se desde já o compromisso de dar cumprimento às medidas definidas no presente plano de ajustamento.

De acordo com a informação prestada pela DGAL o montante elegível de financiamento é, o qual foi retificado em função da informação que os serviços atualizaram relativamente ao n.º 4 do art.º 65.º da LOE.

Dívidas vencidas há mais 90 dias – 31/03/2012	Abatimento			Valor elegível <sup>(3)</sup>
	n.º 3 do art.º 65.º da LOE/2012 <sup>(1)</sup>	n.º 4 do art.º 65.º da LOE <sup>(2)</sup>	Fundo de Regularização Municipal	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a)-[(b)+(c)+(d)]
6.171.084,33	584.601,27	289.706,55	593.946,00	4.702.830,51

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto (PAEL) o “empréstimo contraído no âmbito do Programa II tem o prazo máximo de vigência de 14 anos, sem diferimento de início de período de amortização, sendo o montante mínimo de financiamento de 50 % e o montante máximo de financiamento de 90 % do montante elegível”.

Assim, o montante máximo de financiamento face aos valores reportados pela DGAL será:

Valor elegível	90% do Valor elegível	Valor pago até à data Dívidas vencidas há mais 90 dias – 31/03/2012	Financiamento solicitado	% de Execução – 90% do valor elegível
4.702.830,51	4.232.547,46 €	2.060.112,42 €	4.110.971,91 €	<b>97%</b>

Assim, o presente plano de ajustamento visa suportar a candidatura do Município ao programa, para um valor de financiamento de **4.110.971,91 €**, o qual corresponde a **97%** do valor máximo do empréstimo, bem como dar cumprimento ao disposto n.º2 da Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro.

Fazem igualmente parte integrante do presente plano os anexos constantes na referida portaria para o programa II.

Acresce ainda referir, que face à identificação, a 30 de junho de 2012, de uma situação de desequilíbrio conjuntural, o presente Plano incluirá medidas adicionais de redução e contenção de despesa, bem como de otimização da receita, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º2 do artigo 7.º da Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro.

## 1. DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESIQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL

Começamos por demonstrar a situação financeira atual, à data de 30-06-2012, que se caracteriza por uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, tal como disposto no n.º 4 do art.º 3.º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março, sendo que atualmente está verificada a alínea a):

**Alínea a) do nº 4 do art.3º do DL 38/2008 - Endividamento líquido superior a 125 % das receitas previstas no n.º 1 do artigo 37.º da LFL**

Receitas	R 2011
Impostos Municipais	1.981.683,30
FEF	6.378.123,00
Participação financeira IRS	301.866,00
Participação nos resultados das entidades do sector empresarial local	0,00
<b>Limite da capacidade legal de endividamento de médio e longo prazos (Limite da LFL) (1)</b>	<b>8.661.672,30</b>
<b>Limite da capacidade legal de endividamento de médio e longo prazos (Limite do OE 2012) (1)</b>	<b>9.334.501,00</b>
Empréstimos de médio/longo prazo	R 30-06-2012
Montante da Dívida de Empréstimos m/l prazo do Município	9.340.857,21
Empréstimos excepcionados	1.027.034,98
Contribuição da AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio/longo prazo	252.130,00
<b>Montante da dívida empréstimos m/l prazo líquido empréstimos excepcionados (2)</b>	<b>8.565.952,23</b>
<b>Capacidade legal de endividamento creditício (3) = (1) - (2)</b>	<b>768.548,77</b>
<b>Diminuição anual</b>	
<b>Limite do Endividamento Líquido (4) = (1 pela LFL) * 125%</b>	<b>10.827.090,38</b>
<b>Limite do Endividamento Líquido pelo OE 2012 (4)</b>	<b>15.096.435,62</b>

Contas consideradas para o cálculo do endividamento líquido	Contributo para o endividamento líquido	R 30-06-2012
<b>1 DISPONIBILIDADES</b>		
Disponibilidades	(-)	-925.119,47
<b>2 TERCEIROS</b>		
Dividas de Terceiros Curto Prazo	(-)	-580.633,52
Dividas a Terceiros Curto Prazo	(+)	7.961.179,53
Dividas a Terceiros Médio e Longo Prazo (dívida não excepcionada)	(+)	8.313.822,23
Acréscimos e diferimentos do Activo	(-)	-11.342,07
Acréscimos e diferimentos do Passivo (excluídas 2745 e 2749)	(+)	307.909,61
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>		
41 Investimentos financeiros (excluídos 414)	(-)	-56.985,01
<b>CONTRIBUIÇÃO DA AM, SM e SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>		
Contribuição da Contribuição da AM, SM e SEL para o endividamento líquido	(+)	252.130,00
<b>Endividamento líquido (5)</b>		<b>15.260.961,30</b>
<b>Capacidade de endividamento líquido com 125% das receitas (6) = (4) - (5)</b>		<b>-4.433.870,93</b>
<b>Diminuição anual</b>		
<b>Capacidade de endividamento líquido com limite OE 2012 (6) = (4) - (5)</b>		<b>-164.525,68</b>

De acordo com o .º2 do artigo 7.º da Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro, apresentamos de seguida o Plano de Ajustamento Financeiro para o Município de Mangualde.

## **2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL REGISTRADA NO SIIAL A 31 DE MARÇO 2012 COMO PAGAMENTOS EM ATRASO**

Após submissão do valor das dívidas dos municípios registadas, a título de pagamentos em atraso, no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) (n.º 4 do artigo 2.º da Portaria 281-A/2012 14 de setembro), com referência a 31 de março de 2012, o município efetuou um conjunto de pagamentos com o objetivo de dar cumprimento às disposições inscritas no n.º 3 do art.º 65.º da LOE/2012 e n.º 4 do art.º 65.º da LOE.

o valor das dívidas dos municípios registadas, a título de pagamentos em atraso, no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) (n.º 4 do artigo 2.º da Portaria 281-A/2012 14 de setembro), com referência a 31 de março de 2012 era de 6.171.084,33€. Deste valor o município irá efetuar pagamentos através do Fundo de Regularização Municipal no valor de 593.946,00€. Para além disso, um valor de 57.840,00€ encontra-se excluído dos pagamentos em atraso por se encontram pendente um processo judicial. Os valores já pagos pelo município até à data atual foi de 1.408.326,42€, sendo que o valor da atual de dívida municipal considerada como pagamentos em atraso registada no SIIAL com referência a 31 de março de 2012 é de 4.110.971,91€.

A lista infra demonstra a evolução dos pagamentos em atraso, com referência a 31 de março de 2012.



### 3. SIMULAÇÃO DOS ENCARGOS COM O EMPRÉSTIMO FINANCEIRO

De acordo com o disposto no n.º2 do artigo 3.º da lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto (PAEL) o “empréstimo contraído no âmbito do Programa II tem o prazo máximo de vigência de 14 anos, sem diferimento de início de período de amortização”. O presente Plano teve como pressuposto a contratualização de um empréstimo de médio longo prazo pelo período de 14 anos, com uma taxa de Juro de 4,15% (incluindo os 15 pontos base referidos no n.º1 do artigo 6.º da Portaria n.º281-A/2012 de 14 de Setembro), e pagamentos trimestrais.

Empréstimo de PAEL	
<b>Condições</b>	
Capital	4.110.971,91
Prazo Global do Empréstimo (anos)	12
Período de Amortização do Capital (anos)	12
Período de Carência de Capital (anos)	0
<b>Amortização</b>	
Prestações Trimestrais e Postecipadas de Juros	
Nº de Prestações por Ano	2
Nº Total de Prestações	24
<b>Taxas - Empréstimo PAEL</b>	
Taxa Contratual	4,150%
Comissão sobre os juros	

Plano de Ajustamento Financeiro (PAEL) – Município de Mangualde

Ano	Juros	Amortizações	Total das Prestações	Valor em Dívida
<b>PAEL</b>				
2013	166.416,83	221.205,85	387.622,68	3.889.766,06
2014	157.060,16	230.562,52	387.622,68	3.659.203,54
2015	147.307,70	240.314,98	387.622,68	3.418.888,56
2016	137.142,72	250.479,96	387.622,68	3.168.408,60
2017	126.547,79	261.074,89	387.622,68	2.907.333,71
2018	115.504,70	272.117,98	387.622,68	2.635.215,73
2019	103.994,52	283.628,16	387.622,68	2.351.587,57
2020	91.997,47	295.625,21	387.622,68	2.055.962,36
2021	79.492,95	308.129,73	387.622,68	1.747.832,63
2022	66.459,53	321.163,15	387.622,68	1.426.669,48
2023	52.874,77	334.747,91	387.622,68	1.091.921,57
2024	38.715,43	348.907,25	387.622,68	743.014,32
2025	23.957,16	363.665,52	387.622,68	379.348,80
2026	8.574,65	379.348,80	387.923,45	0,00
<b>Totais</b>	<b>1.316.046,38</b>	<b>4.110.971,91</b>	<b>5.427.018,29</b>	

Plano de Ajustamento Financeiro (PAEL) – Município de Mangualde

Fazem igualmente parte integrante do presente Plano os anexos constantes na Portaria n.º281-A/2012 de 14 de Setembro para o **Programa II**.

## QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

(ver páginas seguintes)

**QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

(ver páginas seguintes)

**QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA**

(ver páginas seguintes)

**QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP  
(DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)**

(ver páginas seguintes)

**QUADRO V: CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DA LFL**

(ver páginas seguintes)

**QUADRO VI: LISTA DE PAGAMENTOS EM ATRASO A FINANCIAR COM O EMPRÉSTIMO A CONTRATAR**

(ver páginas seguintes)